

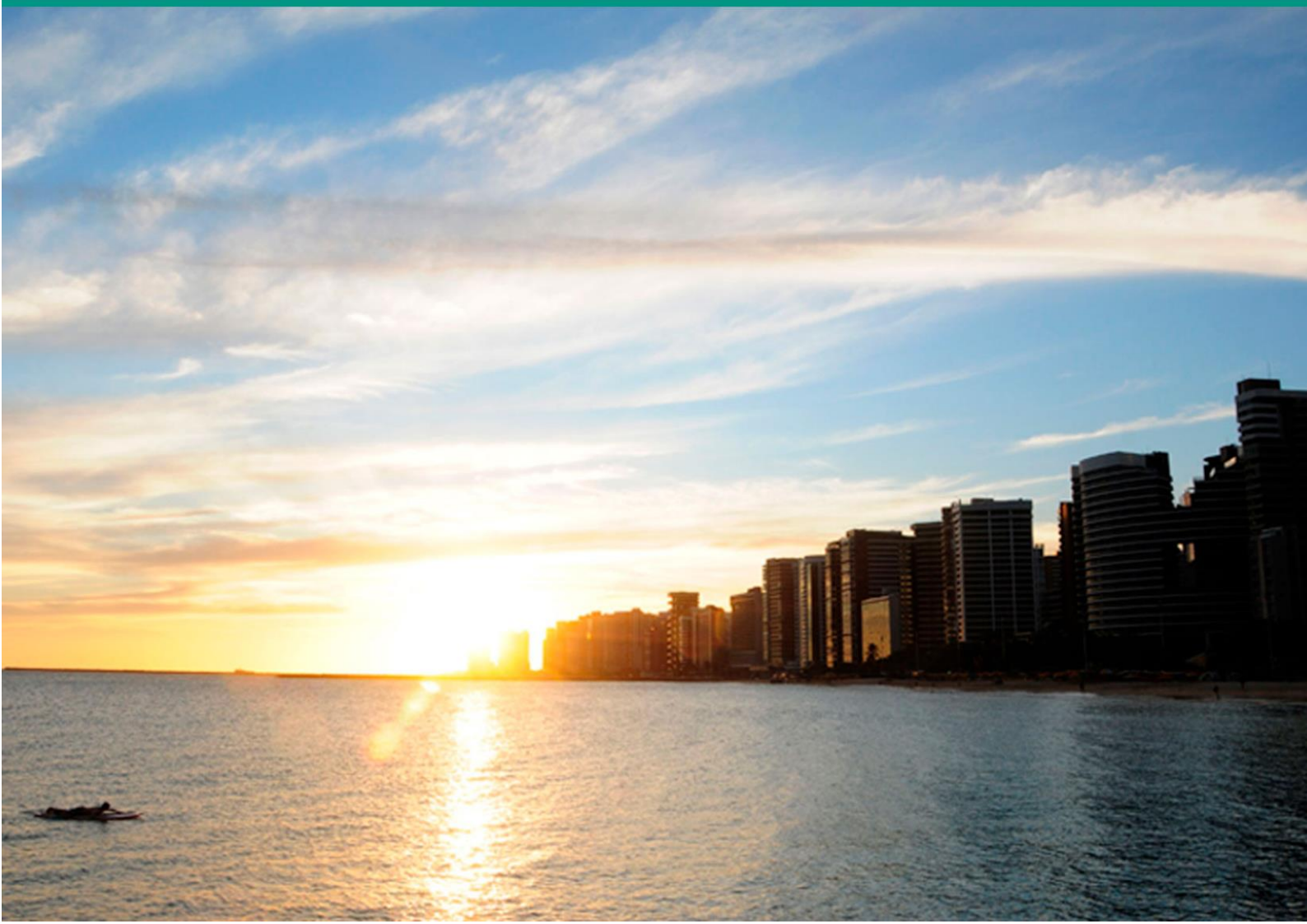


**Estratégia**  
CONCURSOS

**3º SIMULADO**

**TJ CE**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO**  
**ÁREA JUDICIÁRIA**



# Simulado Especial

## 3º Simulado TJ CE – Técnico Área Judiciária

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-FGV-08-09>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)  
21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)

25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)  
41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)

49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)  
61 – (A) (B) (C) (D) (E)  
62 – (A) (B) (C) (D) (E)  
63 – (A) (B) (C) (D) (E)  
64 – (A) (B) (C) (D) (E)  
65 – (A) (B) (C) (D) (E)  
66 – (A) (B) (C) (D) (E)  
67 – (A) (B) (C) (D) (E)  
68 – (A) (B) (C) (D) (E)  
69 – (A) (B) (C) (D) (E)  
70 – (A) (B) (C) (D) (E)

**PORTUGUÊS****Texto I****A Finalidade do Direito é a realização da Justiça**

Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social. Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa. Sabemos todos, entretanto, que nem sempre eles andam juntos. Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito. Por que isso acontece?

Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano, transcendentais, tais como liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade e equidade; honestidade, moralidade, segurança, enfim tudo aquilo que vem sendo chamado de direito natural desde a antiguidade. O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça. Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la. E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

Creio ser possível dizer que a Justiça está para o direito como o horizonte está para cada um de nós. Quanto mais caminhamos em direção ao horizonte, – dez passos, cem passos, mil passos, – mais ele se afasta de nós, na mesma proporção. Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar. Pois também o Direito, na permanente busca da Justiça, está sempre caminhando, em constante evolução.

SERGIO CAVALIERI FILHO, Desembargador do TJ/RJ. Diretor-Geral da EMERJ.  
[http://www.emerj.tjrj.ius.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista18/revista18\\_58.pdf](http://www.emerj.tjrj.ius.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf)

**01.** Interpreta-se do texto que:

- a) Direito e Justiça têm o mesmo valor social.
- b) Direito e Justiça são conceitos diametralmente opostos.
- c) Justiça está sempre em busca do Direito.
- d) o Direito está para a Justiça assim como cada indivíduo social está para o horizonte.
- e) a justiça é dinâmica, enquanto o Direito é estático.

**02.** A frase "Por que isso acontece?" (1º parágrafo):

- a) é uma pergunta retórica, a qual não precisa de resposta ao longo do texto, pois ela é óbvia.
- b) é uma estratégia textual para despertar no leitor a vontade de ler a resposta no próximo parágrafo.
- c) utiliza a expressão interrogativa "Por que", a qual poderia ser substituída por "Porquanto", mantendo-se a correção gramatical e o sentido.
- d) emprega o pronome "isso" com valor catafórico, na intenção de causar surpresa na informação do próximo parágrafo.

e) tem função retórica, estilística e não tem ligação com a informação posterior.

**03.** A palavra "desiderato", no segundo parágrafo, apresenta o sentido de:

- a) desejo, aspiração.
- b) objetivo, finalidade.
- c) costume, hábito.
- d) ideologia, pensamento.
- e) assunto, tema.

**04.** A preposição sublinhada que não foi uma exigência de palavra anterior é:

- a) ... a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
- b) ... aquilo que vem sendo chamado de direito natural desde a antiguidade...
- c) ... Quanto mais caminhamos em direção ao horizonte...
- d) ... mais ele se afasta de nós...
- e) ... na permanente busca da Justiça...

**05.** Em sua Nova Gramática do Português Contemporâneo, os autores Celso Cunha e Lindley Cintra afirmam, sobre o emprego do artigo definido, que ele se antepõe ao substantivo para indicar "que se trata de um ser já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência".

Com base no segundo parágrafo do texto, a frase em que o emprego do artigo sublinhado se deve ao primeiro caso apontado é

- a) Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
- b) O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
- c) O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
- d) E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais...
- e) ...quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

**06.** O texto 1 classifica-se como:

- a) narrativo-argumentativo
- b) descritivo
- c) didático
- d) dissertativo
- e) injuntivo

- 07.** Há problemas de paralelismo sintático na seguinte estrutura do 2º parágrafo do texto 1:
- “...tais como liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade e equidade; honestidade, moralidade, segurança...”
  - “O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural...”
  - “...concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.”
  - “Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la.”
  - “E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo...”
- 08.** A frase “Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito.” (1º parágrafo) está estruturada com base:
- na reiteração
  - no pleonasmo
  - na símile
  - na metáfora
  - na anáfora
- 09.** No primeiro parágrafo, as duas ocorrências do vocábulo “se” apresentam, respectivamente, os seguintes valores:
- indeterminação e reflexividade
  - reciprocidade e apassivação
  - reflexividade e apassivação
  - condição e generalização
  - reciprocidade e indeterminação
- 10.** Leia a frase abaixo, do terceiro parágrafo, julgue as afirmações a seguir e marque a alternativa correta:
- “Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar.”
- “isso” é um pronome demonstrativo e retoma expressão anterior.
  - “que” é pronome relativo e inicia oração adjetiva.
  - “permite caminhar” é uma locução verbal, formando uma só oração.
- somente a afirmação I está correta.
  - somente as afirmações I e III estão corretas.
  - somente as afirmações I e II estão corretas.
  - todas as afirmações estão corretas.
  - somente a afirmação III está correta.

- 11.** Marque a alternativa em que o pronome pessoal oblíquo átono sublinhado pode mudar de posição, permanecendo a correção gramatical:
- “Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam...” (1º parágrafo)
  - “Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa.” (1º parágrafo)
  - “... quer pela incapacidade daqueles que o conceberam...” (2º parágrafo)
  - “... política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.” (2º parágrafo)
  - “...mil passos, – mais ele se afasta de nós, na mesma proporção.” (3º parágrafo)
- 12.** Uma das estratégias argumentativas é a relação de causa e efeito, chamada de relação de causalidade. Marque a alternativa que **não** apresenta segmento com essa relação:
- Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social.
  - Isso acontece porque a ideia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano...
  - O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça.
  - E nem sempre o Direito alcança esse desiderato (...) tornando-se por isso um direito injusto.
  - Nem por isso o horizonte deixa de ser importante porque é ele que nos permite caminhar.
- 13.** Com base nos termos da oração do primeiro parágrafo do texto 1, marque a alternativa que apresenta termo sublinhado com a mesma função sintática da expressão em destaque abaixo:
- Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam, a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social. Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa. Sabemos todos, entretanto, que nem sempre eles andam juntos. Nem tudo que é direito é justo e nem tudo que é justo é direito. Por que isso acontece?
- “Direito e Justiça são conceitos que se entrelaçam...”
  - “... a tal ponto de serem considerados uma só coisa pela consciência social.”
  - “... nem sempre eles andam juntos.”
  - “Por que isso acontece?”
  - “Nem tudo que é direito é justo...”

**TEXTO II****A Finalidade da Justiça é a transformação social**

Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça, qual seria a finalidade da Justiça? Essa é a segunda questão que gostaria de destacar. A finalidade da Justiça é a transformação social. É a construção de uma sociedade justa, como expressamente previsto no artigo 3º da nossa Constituição.

E o que é uma sociedade justa? A própria Constituição nos responde. É uma sociedade sem preconceitos e discriminação de raça, sexo, cor ou idade; uma sociedade livre, solidária, sem pobreza e desigualdades sociais, na qual a cidadania e a dignidade da pessoa humana estão no topo da pirâmide jurídica. E se assim é, então isso importa dizer que, como operadores do direito, jamais poderemos aplicar o direito de forma a contrariar esta finalidade, ainda que a lei não seja a melhor.

SERGIO CAVALIERI FILHO, Desembargador do TJ/RJ. Diretor-Geral da EMERJ.  
[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista18/revista18\\_58.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_58.pdf)

**14.** É de se supor que o texto 2 é uma continuação do texto 1, por meio de vários elementos linguísticos, **exceto:**

- a) a expressão "Essa é a segunda questão que gostaria de destacar." (1º parágrafo)
- b) a expressão "como enfatizado" (1º parágrafo)
- c) a evolução temática, ao retomar o tema do texto 1 com a frase "Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça" (1º parágrafo)
- d) a mesma fonte bibliográfica e o tema abordado.
- e) a repetição da pergunta "E o que é uma sociedade justa?" (2º parágrafo)

**15.** O futuro do pretérito do indicativo na frase "Essa é a segunda questão que gostaria de destacar." (1º parágrafo do texto 2) foi empregado para:

- a) designar ação posterior a outra ação passada.
- b) exprimir incerteza.
- c) denotar desejo.
- d) transmitir surpresa.
- e) denotar hipótese.

**16.** Acerca dos elementos linguísticos do 1º parágrafo, julgue as afirmações e marque a alternativa correta:

I - O segmento "Se a finalidade do Direito, como enfatizado, é a realização da Justiça, qual seria a finalidade da Justiça?" (1º parágrafo) expressa uma hipótese real, ou seja, expressa um fato existente.

II – A primeira ocorrência do conectivo "como" tem valor modal; já o segundo tem valor de conformidade.

III – A expressão "É a construção de uma sociedade justa" está paralela à expressão "é a transformação social", por isso cabe a substituição do ponto final entre elas por vírgula ou ponto e vírgula, desde que sejam ajustadas as iniciais maiúsculas e minúsculas.

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) somente as afirmações I e III estão corretas.
- c) somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) todas as afirmações estão corretas.
- e) somente a afirmação III está correta.

**17.** Mantendo-se o sentido original, a coesão e a correção gramatical, o segmento "jamais poderemos aplicar o direito de forma a contrariar esta finalidade, ainda que a lei não seja a melhor" (2º parágrafo) pode ser reescrito da seguinte forma:

- a) jamais poderemos aplicar o direito contrariando esta finalidade, contanto que a lei não seja a melhor
- b) nunca poderemos aplicar o direito de maneira a contrariar esta finalidade, se a lei não for a melhor
- c) não poderemos aplicar o direito contrariando esta finalidade, porém a lei não seja a melhor
- d) jamais poderá ser aplicado o direito de jeito a contrariar esta finalidade, apesar da lei nunca ser a melhor
- e) nunca o direito poderá ser aplicado de forma a contrariar esta finalidade, conquanto a lei não seja a melhor

**18.** As palavras "construção" (1º parágrafo) e "desigualdades" (2º parágrafo) são formadas por:

- a) prefixação e parassíntese
- b) sufixação e hibridismo
- c) onomatopeia e parassíntese
- d) sufixação e derivação prefixal e sufixal
- e) prefixação e sufixação

**19.** Quanto ao emprego da pontuação do segundo parágrafo do texto 2, marque a alternativa **incorreta**:

- a) o ponto e vírgula foi utilizado para separar segmentos coordenados já com vírgulas internas.
- b) a exclusão da vírgula antes da expressão "na qual" mudaria o sentido da oração que ela inicia.
- c) a oração "se assim é" é adverbial e está intercalada, por isso deve ficar separada por dupla vírgula.
- d) pode-se excluir a vírgula imediatamente após a expressão "então isso importa dizer que".
- e) a vírgula antes da expressão "ainda que a lei não seja a melhor" pode ser excluída.

**Texto III**

TODO BRASILEIRO TEM DIREITO À MORADIA...

AGORA LÊ AQUELE PEDAÇO BONITO QUE FALA DE COMIDA, SAÚDE...



PAIVA, M. Disponível em: [www.redes.unb.br](http://www.redes.unb.br).

**20.** Quanto ao gênero textual do texto 3, entende-se que

- a) é uma charge, a qual satiriza uma previsão legal que não é fato no Brasil.
- b) é uma crônica, a qual normalmente narra histórias polêmicas do Brasil.
- c) é um conto, o qual é uma narrativa curta, com linguagem simples e objetiva.
- d) é um quadrinho que critica a sociedade atual.
- e) é um texto não verbal, o qual é interpretado pelas expressões corporais.

**21.** Pode-se entender que a discussão levantada no texto 3:

- a) ratifica a ideia expressa em "É uma sociedade sem preconceitos e discriminação de raça, sexo, cor ou idade; uma sociedade livre, solidária, sem pobreza e desigualdades sociais, na qual a cidadania e a dignidade da pessoa humana estão no topo da pirâmide jurídica." (2º parágrafo do texto 2)
- b) ilustra a ideia expressa em "É a construção de uma sociedade justa, como expressamente previsto no artigo 3º da nossa Constituição." (1º parágrafo do texto 2)
- c) interpreta a ideia expressa em "Creio ser possível dizer que a Justiça está para o direito como o horizonte está para cada um de nós." (3º parágrafo do texto 1)
- d) exemplifica a ideia expressa em "E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto." (2º parágrafo do texto 1)
- e) confirma a ideia expressa em "Fala-se no Direito com o sentido de Justiça e vice-versa." (1º parágrafo do texto 1)

**22.** Quanto aos elementos linguísticos do texto 3, marque a alternativa correta.

- a) Poder-se-ia inserir o artigo "o" após "Todo", mantendo-se o sentido original e a correção gramatical.
- b) A expressão "à moradia" completa o sentido do verbo "tem".
- c) Cabe a substituição de "Lê" por Leia, mantendo-se a correção gramatical e a coerência.
- d) A frase "Todo brasileiro tem direito à moradia..." é optativa.
- e) As palavras "Lê" e "saúde" são acentuadas pelo mesmo motivo.

**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ**

**23.** De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, compete ao Tribunal de Justiça, propor ao Poder Legislativo, mediante projeto de lei, exceto

- a) a alteração da organização judiciária e do regimento interno.
- b) a alteração do número de seus membros.
- c) a criação e a extinção de cargos de juiz e de serviços auxiliares da justiça.
- d) a fixação da remuneração dos magistrados, dos servidores, dos serviços auxiliares da justiça e dos juízes de paz;
- e) a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.

**24.** Em relação a Justiça de primeiro grau, assinale a opção correta

- a) A criação de novas varas ou juizados dependerá da existência de cargos de servidores correspondentes à lotação paradigma do juízo, a ser estimada de acordo com as normas específicas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça, observados, tanto quanto possível, os parâmetros aplicáveis a unidades similares.
- b) As Turmas Recursais serão presididas, em regime de rodízio anual, por um de seus membros, iniciando pelo membro mais antigo, sem recondução até que se esgote a ordem de antiguidade de seus integrantes.
- c) Nas Comarcas de Fortaleza e do interior, as sessões do Tribunal do Júri poderão ser realizadas durante todo o ano, salvo nos meses de janeiro, julho e dezembro.
- d) Compete à Justiça Militar do Estado processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares por crimes militares definidos em lei, bem como as ações judiciais contra atos disciplinares militares, inclusive crimes dolosos contra a vida quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

e) À Vara de Delitos de Organizações Criminosas, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compete processar e julgar, exclusivamente, os delitos envolvendo atividades de organizações criminosas, sendo que sua competência prevalecerá sobre a das demais unidades judiciárias do Estado do Ceará.

**25.** É ação própria da Corregedoria-Geral da Justiça

- a) Editar atos normativos para instruir autoridades judiciais, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores;
- b) Ordenar a restauração de autos de processos administrativos, quando desaparecidos no Tribunal de Justiça.
- c) Processar e ordenar o pagamento das requisições judiciais resultantes de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, segundo atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
- d) Deliberar sobre remoção, disponibilidade e aposentadoria de magistrados, quando por interesse público, em decisão por voto da maioria absoluta dos membros efetivos;
- e) Decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista tríplice dos juizes, para fins de promoção e acesso por merecimento, bem como decidir sobre a promoção e acesso por antiguidade.

**26.** Assinale a opção correta.

- a) Para a elevação de comarca entre entrâncias devem ser observados requisitos relativos à população, eleitorado e demanda.
- b) Aos juizes das unidades judiciárias que forem elevadas será assegurado o direito de permanecerem nas respectivas funções até serem removidos ou promovidos, não fazendo jus à percepção de qualquer diferença de subsídios.
- c) A Justiça Estadual em segunda entrância é constituída pelo Tribunal de Justiça.
- d) A composição, a organização e o funcionamento dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça serão disciplinados em seu código de normas.
- e) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes e pelo Corregedor-Geral da Justiça.

**27.** Assinale a opção correta.

- a) São considerados elegíveis os desembargadores que tenham exercido quaisquer dos cargos de direção, por período de 4 (quatro) anos, ou o cargo de Presidente do Tribunal.
- b) O Tribunal de Justiça terá sua estrutura administrativa definida em lei específica, no seu regimento interno e nas resoluções que vier a editar.
- c) Computados os votos, se nenhum desembargador alcançar a maioria absoluta, será realizado novo escrutínio, concorrendo apenas os três

desembargadores mais votados para cada cargo de direção, no primeiro escrutínio.

d) Vagando os cargos de Presidente do Tribunal, de Vice-Presidente ou de Corregedor-Geral da Justiça, no curso do primeiro ano de mandato, proceder-se-á, dentro de 15 (quinze) dias, à eleição do sucessor para o tempo restante, ressalvando-se que aquele que for eleito Presidente do Tribunal não poderá ser reconduzido para o período subsequente.

e) No caso de empate, por ocasião do segundo escrutínio para cargos de direção, considerar-se-á eleito o mais idoso.

**28.** Assinale a opção correta.

a) A Corregedoria elaborará seu regimento interno, que será submetido à aprovação do Conselho da Magistratura, do qual constarão as atribuições do Corregedor-Geral, dos juizes corregedores auxiliares e de seus demais órgãos.

b) O Corregedor-Geral da Justiça será auxiliado em suas atividades por juizes de primeiro grau, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) juizes efetivos em exercício no Estado, submetendo-se a referendo do Conselho Nacional de Justiça as convocações que, eventualmente, excederem a 6 (seis).

c) Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça, na primeira sessão ordinária que suceder sua posse, designar, dentre membros mais antigos, o Vice-Presidente do Tribunal.

d) O Tribunal de Justiça, por 2/3 (dois terços) dos membros efetivos, por votação secreta, elegerá, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição.

e) As Turmas recursais e as Câmaras Isoladas são órgãos julgadores ordinários do Tribunal.

## **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**29.** Heber Carvalho e Ricardo Vale, antes de ingressarem no mundo dos concursos, empreendiam no segmento de hotéis. O Hotel Coruja Azul, edificado em 2008, precisou, com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, adequar-se às regras de acessibilidade previstas. Entre elas, consta a exigência de disponibilização de dormitórios acessíveis. Considerando que o hotel consta com 200 quartos, é obrigatório disponibilizar:

- a) 4 dormitórios acessíveis.
- b) 10 dormitórios acessíveis.
- c) 20 dormitórios acessíveis.
- d) 40 dormitórios acessíveis.
- e) todas unidades térreas acessíveis.

- 30.** No que diz respeito às regras de acesso à justiça para a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.
- a) O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.
  - b) A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, exceto no exercício da advocacia.
  - c) A pessoa com deficiência será submetida à curatela para a prática de atos patrimoniais e negociais.
  - d) Os curadores são obrigados a prestar, semestralmente, contas de sua administração ao juiz.
  - e) Para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 31.** Assinale a alternativa correta, no que concerne às garantias institucionais do Poder Judiciário, estabelecidas na CF/88:
- a) Em hipótese alguma medida provisória poderá disciplinar as garantias dos membros do Poder Judiciário.
  - b) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, e as encaminharão ao Poder Executivo dentro do prazo estabelecido na referida lei.
  - c) Os tribunais do Poder Judiciário não são dotados do poder de autogoverno, capacidade esta conferida ao Poder Executivo diretamente pela Constituição.
  - d) A competência para alterar a remuneração de seus Ministros pertence exclusivamente ao próprio STF, em homenagem ao princípio da separação dos poderes.
  - e) A inamovibilidade poderá ser excepcionada, entre outras hipóteses presentes na CF/88, pelo interesse público.
- 32.** Sobre a composição do CNJ, assinale a alternativa correta, conforme o que disciplina o texto constitucional:
- a) Oficiarão junto ao CNJ, como membros do referido órgão, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da OAB.
  - b) Não há previsão de foro especial, nos crimes comuns, para os membros do CNJ.
  - c) A presidência do CNJ caberá ao presidente do STF, após nomeação pelo Presidente da República.
  - d) Entre os membros do CNJ, haverá um juiz do trabalho indicado pelo Tribunal Regional do Trabalho.
  - e) Entre os membros do CNJ, haverá um juiz do Tribunal Regional Federal indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

**33.** Delatério, vizinho e inimigo capital de Beira-Rio, está plenamente convicto de que este vem utilizando o apartamento ao lado para ocultar e armazenar drogas ilícitas. Com o intuito de colher provas para subsidiar uma possível denúncia contra Beira-Rio, decide armar-lhe uma emboscada. Assim, telefona para o vizinho e sugere um encontro na praça de alimentação do shopping do bairro, com a suposta intenção de esclarecer antigas desavenças. Beira-Rio prontamente atende ao convite e comparece ao local combinado. Na ocasião, Delatério, com o celular escondido no bolso, grava a conversa entre os dois, ficando registrada a confissão do adversário que, em um momento de distração, afirma estar em poder de substâncias entorpecentes para revendê-las.

Pode-se dizer que a conversa gravada por Delatério, à luz das disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre o tema:

- a) É inconstitucional, uma vez que a captura da gravação é clandestina e não foi feita com base em legítima defesa.
- b) Somente poderia ser utilizada como prova se tivesse sido judicialmente autorizada.
- c) A gravação é lícita e poderá servir como prova do crime cometido por Beira-Rio.
- d) Seria válida somente se determinada por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Trata-se de escuta telefônica, feita sem o conhecimento de um dos interlocutores e que, por essa razão, constitui prova ilícita.



**34.** A empresa Ó Eli Xis, em virtude de processo judicial movido contra ela pela fazenda pública municipal, comparece perante o mesmo órgão, a fim de obter informações acerca do pagamento de tributos constantes de sistema de arrecadação do ente e, assim, instruir o processo que tramita perante o juízo estadual com a prova de quitação dos débitos tributários correspondentes.

Diante da negativa em fornecer tais informações, por parte da autoridade administrativa, a ação cabível:

- a) Será o mandado de segurança, em virtude da existência de direito líquido e certo do impetrante.
- b) Não poderá ser o habeas data, já que as informações solicitadas visam instruir processo judicial em curso contra a própria pessoa detentora das informações requisitadas, razão pela qual o mandado de segurança mostra-se o mais adequado.
- c) Será o mandado de segurança, em virtude de sua natureza residual e que, por se tratar de pessoa jurídica, não há que se falar em informações de caráter pessoal e, sim, de interesse pessoal, sendo o habeas data, no caso, medida inadequada.
- d) Será o habeas data, uma vez que tal remédio constitucional mostra-se o mais adequado, justamente por se tratar de informações de caráter pessoal, constantes de banco de dados de órgão público.
- e) Não poderá ser o habeas data, já que a negativa da administração, inevitavelmente, levará à instauração de processo administrativo, situação em que a ação cabível é o mandado de segurança.

**35.** Acerca da organização territorial do Estado brasileiro, disciplinada na CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) A criação de novos municípios restou expressamente proibida após a EC 15/1996.
- b) A fusão de municípios deverá ser feita por meio de lei complementar estadual.
- c) No processo de desmembramento de municípios, a consulta à população interessada vinculará a Assembleia Legislativa do estado.
- d) A edição de lei complementar federal, estabelecendo as condições para a elaboração dos estudos de viabilidade municipal, é requisito obrigatório para a fusão de municípios.
- e) A incorporação de municípios deverá ser feita por lei estadual, dentro do período estipulado em lei complementar federal.

**36.** No que diz respeito às atribuições dos órgãos do Poder Legislativo Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Matérias de competência exclusiva do Senado Federal são disciplinadas por meio de Decreto Legislativo.
- b) O Senado Federal é o único órgão do Legislativo Federal que faz julgamento de autoridades.
- c) A fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas é matéria de competência exclusiva do Presidente da

República, não cabendo ao Legislativo deliberar sobre o assunto.

- d) Qualquer parlamentar poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- e) Compete à Câmara dos Deputados julgar, anualmente, as contas do Presidente da República.

**37.** Sobre os Direitos Políticos, assinale a alternativa correta:

- a) O sufrágio corresponde ao direito de participar do pleito eleitoral. O voto é o meio pelo qual se exerce o sufrágio.
- b) O voto direto, secreto, obrigatório, periódico e universal insere-se entre as cláusulas pétreas expressas no art. 60 da CF/88.
- c) São inelegíveis e inalistáveis os analfabetos.
- d) Filho de Governador de determinado estado não poderá se candidatar à reeleição para o mandato de Deputado Federal.
- e) A Constituição impede o exercício de três ou mais mandatos como Chefe do Poder Executivo, a fim de evitar a perpetuação no poder.

**38.** Olênia, servidora pública ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade do Tribunal de Justiça do Estado X, deseja complementar sua renda familiar, por meio do exercício de um segundo cargo, emprego ou função pública. Conforme o que dispõe a CF/88, havendo compatibilidade de horários poderá acumular com o cargo atual, mantendo ambas as remunerações:

- a) Outro cargo público, de natureza técnica ou científica.
- b) Outro cargo de professor.
- c) A função de empregada de sociedade de economia mista.
- d) O mandato de prefeita de sua cidade.
- e) Um cargo de profissional de saúde.

**39.** Assinale a única alternativa verdadeira a respeito dos Ministros de Estado, de acordo com o que dispõe a CF/88:

- a) Os Ministros de Estado, os Comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército e o Ministro da Defesa deverão ser brasileiros natos e maiores de 21 anos.
- b) Os Ministros de Estado não poderão prover cargos públicos, atribuição reservada exclusivamente ao Presidente da República.
- c) Os Ministros de Estado poderão comutar penas, desde que haja delegação do Presidente da República.
- d) Compete aos Ministros de Estado aprovar os decretos assinados pelo Presidente da República.
- e) Na ausência do Presidente da República ou do Vice, os Ministros de Estados poderão substituí-los, na qualidade de assessores diretos do Chefe do Poder Executivo.

**40.** Raquel Ford, Procuradora-Geral de Justiça do Estado Y, ao tomar conhecimento do cometimento de determinada infração penal, ordenou a Deltan Delatol, Promotor de Justiça Estadual, que ajuizasse a correspondente ação penal no prazo legal. Diante da recusa de Deltan Delatol, Raquel Ford decide denunciá-lo perante o Conselho Nacional do Ministério Público, por insubordinação. À luz das disposições constitucionais atinentes ao Ministério Público, pode-se dizer que:

- a) Assiste razão a Raquel, uma vez que o Ministério Público Estadual deve ser visto como instituição única e chefiada pela atual Procuradora-Geral de Justiça, não havendo espaço para posicionamentos pessoais que ferem o princípio institucional da unidade.
- b) Assiste razão a Delatol, uma vez que, em razão do princípio do promotor natural, não há qualquer hierarquia no âmbito da atuação administrativa e funcional do órgão.
- c) Assiste razão a Raquel, uma vez que, em nome do princípio da indivisibilidade, a atuação dos Promotores de Justiça restringe-se à expressão da vontade da instituição, materializada no exercício das funções de seus membros.
- d) Assiste razão a Delatol, uma vez que os Membros do Ministério Público possuem plena autonomia funcional, não estando subordinados, no exercício de sua atividade-fim, a nenhuma espécie de poder hierárquico.
- e) Delatol poderá vir a perder o cargo, com base na alegação de grave insubordinação presente no caso em tela, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **41. Licitações.**

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço de fornecimento de bens a eles necessários a(o)

- I. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- II. autor do projeto básico relativo à obra licitada, como consultor, na função de supervisão, a serviço da Administração.
- III. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- IV. autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

Assim, está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

### **42. Atos administrativos.**

Determinada prefeitura municipal alugou imóvel para a instalação de unidade básica de saúde.

Quanto à classificação do objeto, o ato praticado é denominado:

- a) de gestão, pois a Administração Pública o pratica em situação de igualdade com os particulares, sem valer de sua supremacia sobre o locador.
- b) de império, pois a Administração Pública utiliza-se de sua supremacia sobre o locador.
- c) de expediente, dada a ausência de conteúdo decisório.
- d) de administração, pois a Administração Pública está atuando na administração e gerência de seus bens.
- e) de vinculação, pois a Administração Pública está vinculada à instalação da unidade de saúde no local.

### **43. Licitações.**

A repartição pública em que atua Norberto, servidor responsável pela análise de processos de licitação, necessita adquirir determinado equipamento que possui como único representante no país a empresa XLS Ltda., com sede no município de São Paulo.

Neste caso, nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação:

- a) será dispensável, desde que a aquisição seja de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.
- b) será cabível, na modalidade leilão, pois se trata da modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a aquisição de bens móveis para a administração.
- c) será inviável, visto que para abertura de procedimento licitatório deverá haver pelo menos dois fornecedores, sendo que a Administração Pública terá de buscar outro bem para atender a finalidade desejada.
- d) será inexigível, uma vez que a aquisição do bem se dará através de representante comercial exclusivo, devendo a comprovação da exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- e) será cabível, na modalidade tomada de preços, desde que os interessados se cadastrem até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas e o valor do bem não seja superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

**44. Poderes.**

Romualdo, fiscal de vigilância sanitária, durante fiscalização de rotina em um restaurante, encontrou diversas irregularidades, dentre as quais ratos e baratas na cozinha e no estoque de mantimentos. Para tanto, determinou a imediata interdição do local e lavrou auto de infração aplicando também penalidade de multa. Trata-se, portanto, do exercício regular do poder:

- a) disciplinar.
- b) hierárquico.
- c) regulamentar.
- d) vinculado.
- e) de polícia.

**45. Contratos**

Os contratos regidos pela Lei 8.666/1993 poderão ser alterados unilateralmente pela Administração:

- I. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- II. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.
- III. quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- IV. quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e II.
- d) II, III e IV.
- e) II e III.

**46. Serviços Públicos.**

A Lei 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. São princípios do serviço adequado, de acordo com essa lei, exceto:

- a) regularidade.
- b) continuidade.
- c) eficiência.
- d) modicidade das tarifas.
- e) alteridade.

**47. Responsabilidade Civil do Estado.**

De acordo com o §6º do art. 37 da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,

causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assinale a alternativa que apresenta uma excludente da responsabilidade objetiva do Estado:

- a) culpa exclusiva do agente público.
- b) culpa exclusiva da vítima.
- c) culpa concorrente entre a vítima e o agente público.
- d) responsabilidade exclusiva do agente público.
- e) infortúnio.

**48. Contratos.**

Com o advento da Lei 8.666/1993 foram instituídas normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Constitui motivo para rescisão unilateral do contrato:

- a) o cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento regular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) a rapidez do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a possibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

**49. Organizações.**

Pedrinho, em visita à Brasília/DF, foi até o setor da administração indireta sul, região da cidade em que se situavam diversos edifícios que abrigam o funcionamento da administração pública.

Entre os diversos entes públicos vistos por Pedrinho, marque aquele que foi corretamente instalado no setor da administração indireta sul:

- a) câmara legislativa.
- b) tribunal de justiça.
- c) secretária da educação do Distrito Federal.
- d) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- e) secretaria do tesouro nacional.

**50. Agentes públicos.**

Sérgio é funcionário dos Correios, tendo ingressado nos quadros da entidade por meio de concurso público, para a função de carteiro.

Quanto à classificação de agentes públicos, Sérgio é considerado:

- a) agente administrativo.
- b) não é considerado agente público, em razão da natureza jurídica dos Correios.
- c) agente honorífico.
- d) agente delegado.
- e) agente credenciado.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**51.** Ana e Jéssica se envolveram em um acidente de trânsito com seus respectivos automóveis. Após a colisão, ambas discutiram no local do acidente e se culpavam mutuamente pela colisão. Como não se chegou a um consenso, Jéssica decidiu processar Ana.

Considerando a situação hipotética, de acordo com as normas constantes do Código de Processo Civil, o foro competente para processar e julgar a referida demanda é o do:

- a) Domicílio de Ana.
- b) Domicílio de Jéssica ou do local do fato.
- c) Domicílio de Ana ou de Jéssica.
- d) Domicílio de Ana ou do local do fato.
- e) Domicílio do local em que o automóvel de Jéssica foi registrado.

**52.** Romeu ajuizou ação contra Julieta. Durante o trâmite do processo, o juiz verificou a presença de uma irregularidade sanável. Deste modo, deverá ser determinado a:

- a) Sua correção em prazo não superior a 15 dias.
- b) Extinção dos autos com resolução de mérito.
- c) Sua correção em prazo não superior a 10 dias.
- d) Extinção dos autos em prazo de no máximo 30 dias.
- e) Sua correção em prazo não superior a 30 dias.

**53.** João está processando Marcos. Após a tentativa frustrada de citação por correios, o Oficial de Justiça foi citá-lo e notou que ele estava se esquivando da citação, de modo que foi realizada a citação por hora certa. Sobre o tema, o Chefe de Secretaria enviará a Marcos, carta, telegrama ou correspondência eletrônico, dando-lhe de tudo ciência, no prazo de:

- a) 15 dias contado da data do cumprimento do mandado.
- b) 30 dias, contado da data da juntada do mandado aos autos.
- c) 10 dias, contado da data do cumprimento do mandado.
- d) 15 dias, contado da data da juntada do mandado aos autos.
- e) 10 dias, contado da data da juntada do mandado aos autos.

**54.** Rafael é réu em uma ação. Em sua contestação, caso não seja alegada como preliminar, ficará sujeita à preclusão, a alegação de:

- a) Inépcia da petição inicial e incompetência absoluta.
- b) Litispendência e coisa julgada.
- c) Defeito de representação e conexão.
- d) Convenção de arbitragem e nulidade de citação.
- e) Incompetência relativa e falta de interesse processual.

**55.** Ruan é autor de uma ação e lançou aos autos cotas marginais. Diante desta situação, o juiz mandou riscar as cotas, e impôs a Ruan multa correspondente a:

- a) Dois salários-mínimos.
- b) Metade do salário-mínimo.
- c) Dez salários-mínimos.
- d) Cinco salários-mínimos.
- e) Um salário mínimo.

**56.** Frederico é casado com Julia há vários anos e deseja ajuizar ação que versa direito real imobiliário. Considerando a situação, para que a ação seja proposta, o consentimento de Julia é:

- a) Indispensável, caso eles sejam casados em regime diverso do de separação absoluta de bens.
- b) Dispensável, independentemente do regime matrimonial do casal.
- c) Indispensável, caso eles sejam casados pelo regime de separação absoluta de bens.
- d) Dispensável, caso eles sejam casados pelo regime de comunhão universal de bens.
- e) Indispensável, independentemente do regime matrimonial do casal.

**57.** José e Luana possuem um contrato de prestação de serviços que não está sendo cumprido por José. Luana então decide processar José, contudo não possui qualquer interesse na realização da audiência de conciliação ou mediação, de modo que deverá manifestar a falta de interesse:

- a) Até 5 dias antes da audiência.
- b) Na petição inicial.
- c) Até 3 dias antes da audiência.
- d) No início da audiência.
- e) Até 10 dias antes da audiência.

**58.** Luciana realizou um contrato de mútuo com Pedro e Paula, de modo que estes seriam devedores solidários do valor. Após algum tempo, as parcelas não foram pagas e, depois de incontáveis tentativas de acordo extrajudicial, Luciana decidiu ajuizar ação de cobrança em face de Pedro, pleiteando a sua condenação pela totalidade da dívida. Pedro, então, ficou inconformado com a situação e decidiu que fazia questão da presença de Paula na ação junto com ele.

Considerando a situação hipotética, assinale a modalidade de intervenção de terceiros que Pedro deverá fazer uso para que Paula ingresse no polo passivo da demanda com ele.

- a) Denúnciação da lide.
- b) Amicus curiae.
- c) Oposição.
- d) Chamamento ao processo.
- e) Desconsideração da personalidade jurídica.

**59.** João financiou um apartamento de Esmeralda, no valor de R\$500.000,00, e vem pagando as parcelas há 3 anos. Após este período, Esmeralda alienou o imóvel a um terceiro. Deste modo, João ajuizou uma ação contra Esmeralda com os seguintes pedidos: (a) permanecer no apartamento e concluir as parcelas restantes; ou (b) subsidiariamente, receber as parcelas pagas no valor de R\$300.000,00.

De acordo com o Código de Processo Civil, nesta ação o valor da causa corresponderá

- a) A soma dos valores dos pedidos principal e subsidiário.
- b) Ao valor de qualquer dos pedidos (principal ou subsidiário).
- c) Ao valor do pedido principal.
- d) Ao pedido de maior valor entre o principal e o subsidiário.
- e) A média dos valores do pedido principal e subsidiário.

**60.** Julgue as assertivas abaixo:

- I – É vedada a execução de decisão interlocutória estrangeira no Brasil.
- II – Terá eficácia no Brasil a decisão estrangeira somente após a homologação de sentença estrangeira ou a concessão do exequatur das cartas rogatórias.
- III – Pode ser homologada no Brasil tanto a decisão judicial definitiva, como a decisão não judicial que, de acordo com a legislação brasileira, possui natureza jurisdicional.
- IV – A homologação de sentença brasileira é de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- V – Desde que submetida à homologação do STJ, o CPC/15 reconhece a competência concorrente da jurisdição internacional para processar ação de inventário de bens situados no Brasil.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, II e III.
- b) I, III e V.
- c) II, IV e V.
- d) IV e V.
- e) II, III e IV.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**61.** O CPP estabelece que “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”. Tal disposição se refere ao princípio:

- a) da aplicação imediata ou efeito imediato da lei processual penal
- b) da ultratividade da lei processual penal
- c) da cogência da lei processual penal
- d) do efeito ativo da lei processual penal

e) da eficácia retroativa da lei processual penal

**62.** Sobre o Inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados no inquérito policial e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial quando se tratar de atipicidade evidente.
- d) O arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impede a retomada futura das investigações.
- e) O inquérito policial, como regra, deverá ser concluído no prazo de 30 dias, a contar da prisão, no caso de indiciado preso.

**63.** O fenômeno da decadência pode se caracterizar nas ações penais privadas quando a vítima não ajuizar a queixa-crime no prazo legal. Pelas disposições contidas no CPP, salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de:

- a) 06 meses, a contar da data do fato criminoso
- b) 03 meses, a contar da data do fato criminoso
- c) 06 meses, a contar da data da ciência da autoria delitiva
- d) 03 meses, a contar da data da ciência da autoria delitiva
- e) 01 ano, a contar da ciência da autoria

**64.** José e Pedro praticaram contra Maria um crime de ação penal privada, no dia 02.03.2018. Maria ajuizou queixa-crime em face de ambos no dia 09.12.2018, eis que somente teve ciência da autoria delitiva em 05.07.2018. Durante o processo, porém, Maria oferece o perdão do ofendido em favor de Pedro, silenciando quanto a José. Pedro, porém, rejeita o perdão oferecido por Maria.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Maria ajuizou a queixa-crime fora do prazo legal
- b) O perdão oferecido em favor de Pedro não se estende a José
- c) O perdão oferecido em favor de Pedro se estende a José, que deverá ser intimado para, em 03 dias, dizer se aceita ou não o perdão
- d) A recusa de Pedro é irrelevante para fins processuais, de forma que o perdão produzirá efeitos em relação a ele
- e) Maria deveria ter oferecido renúncia e não perdão do ofendido

**65.** Assinale a alternativa que traz apenas princípios aplicáveis às ações penais de iniciativa privada:

- a) oportunidade, divisibilidade e disponibilidade
- b) oportunidade, indivisibilidade e indisponibilidade
- c) obrigatoriedade, indivisibilidade e indisponibilidade
- d) obrigatoriedade, indivisibilidade e disponibilidade
- e) oportunidade, indivisibilidade e disponibilidade

**66.** Pedro praticou um crime de furto simples, cuja pena é de reclusão de 01 a 04 anos e multa; José praticou um crime de estelionato, cuja pena é de reclusão, de um a cinco anos, e multa; Ricardo praticou um crime de receptação qualificada, cuja pena é de reclusão, de três a oito anos, e multa.

É correto afirmar que a autoridade policial poderá arbitrar fiança em favor de:

- a) Pedro, apenas
- b) Pedro e José, apenas
- c) José, apenas
- d) José e Ricardo, apenas
- e) Pedro, José e Ricardo

**67.** O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Marcelo, pela prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento, cuja pena é de reclusão de 02 a 08 anos e multa, sem requerer, contudo, a decretação da prisão preventiva. O Juízo, todavia, recebe a denúncia e decreta a prisão preventiva para a garantia da ordem pública, eis que há risco elevado de reiteração delitiva, considerando-se os antecedentes do denunciado.

Neste caso, sob o aspecto processual, é correto afirmar que a decisão do magistrado, ao decretar a prisão preventiva, foi:

- a) incorreta, eis que o crime citado não admite prisão preventiva.
- b) incorreta, eis que o Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de ofício.
- c) incorreta, eis que a garantia da ordem pública não é fundamento idôneo para a decretação da prisão preventiva.
- d) correta, pois o Juiz sempre pode decretar a prisão preventiva de ofício.
- e) correta.

**68.** Ao realizar a patrulha em determinada região, uma viatura da Polícia Militar encontra uma senhora caída no chão. Ao se aproximarem, percebem que a senhora está sangrando muito. Indagada sobre o que ocorreu, a vítima diz que sofreu um roubo com emprego de faca, tendo o infrator fugido com seu celular. Um dos policiais avista um suspeito, com as mesmas características descritas pela vítima, correndo em direção a um matagal. Ato contínuo, inicia-se uma perseguição ininterrupta, ao final da qual, poucos minutos depois, o

infrator é capturado, portando uma faca ensanguentada e o celular da vítima.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) houve flagrante impróprio ou quase flagrante, e a autoridade policial deverá comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente, ao MP, à família do preso ou pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública.
- b) houve flagrante presumido ou ficto, e a autoridade policial deverá comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente, ao MP, à família do preso ou pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública.
- c) houve flagrante impróprio ou quase flagrante, e a autoridade policial deverá comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra apenas ao Juiz competente e ao MP.
- d) houve flagrante presumido ou ficto, e a autoridade policial deverá comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente, ao MP e à família do preso ou pessoa por ele indicada.
- e) houve flagrante impróprio ou quase flagrante, e a autoridade policial deverá comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente, ao MP e à família do preso ou pessoa por ele indicada.

**69.** Acerca do rito especial do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é correto afirmar que:

- a) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 dias.
- b) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do acusado para responder à acusação dentro do prazo de 10 dias.
- c) Nos crimes afiançáveis ou inafiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.
- d) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.
- e) A resposta preliminar escrita é indispensável ainda que se trate de ação penal instruída com inquérito policial, conforme entendimento sumulado do STJ.

- 70.** De acordo com as disposições do CPP, assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao habeas corpus:
- a) a petição de habeas corpus deverá conter o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
  - b) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
  - c) a petição de habeas corpus deverá conter a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor
  - d) Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
  - e) A coação considerar-se-á ilegal quando, dentre outras hipóteses, não houver justa causa.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

A implantação de um modelo de desenvolvimento e ocupação na Amazônia que privilegia projetos agropecuários de grande extensão, baixa produtividade e pouca sustentabilidade tem resultado em contínuo desmatamento.

Os impactos desse processo são graves, ameaçando a biodiversidade com a extinção de espécies animais e vegetais, interferindo negativamente no ciclo natural dos rios e aumentando a liberação dos gases que provocam o efeito estufa (aquecimento global da temperatura pela crescente presença de poluentes na atmosfera).

As exigências legais, desde 1986, que obrigam os grandes projetos empresariais a apresentarem o Estudo de Impacto Ambiental (IEA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) não têm sido suficientes para garantir um desenvolvimento sustentável e salvaguardar os ecossistemas da região.

Torna-se, portanto, essencial aprimorar a base de informações a respeito dos impactos ambientais da transformação de áreas florestais em projetos agropecuários e suas consequências, para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento mais acertadas.

Fonte: Canal Ciência

Com base no texto acima, discorra sobre o seguinte tema: **por que há contínuos desmatamentos na Floresta Amazônica, mesmo sabendo de sua importância mundial para o equilíbrio ambiental?**

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e no máximo, 30 (trinta) linhas.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>



# FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-FGV-08-09>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE